

A epistemologização da semântica dos nomes próprios em Russell

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a Teoria Descritivista dos Nomes de Bertrand Russell durante a fase do Atomismo Lógico. Inicialmente, apresento rapidamente a sua teoria dos Nomes Próprios no livro *The Principles of Mathematics*. Em um segundo momento, discuto a Teoria das Descrições Definidas e sua importância para a concepção de Nomes Próprios no período em que o autor defendeu o Atomismo Lógico. Por último, trato da distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição e de sua importância para a Teoria Descritivista dos Nomes de Russell.

Palavras-chaves: Nomes Próprios; Russell; Descritivismo

ABSTRACT

This paper put forward the Descriptive Theory of Names of Bertrand Russell during the Logical Atomism. Initially, I put forward his theory of Proper Names in the work *The Principles of Mathematics*. Secondly, I discuss the theory of Definite Descriptions and its importance for the theory of Proper Names in Russell's Logical Atomism. Lastly, I discuss the distinction between knowledge by acquaintance and knowledge by description and its importance for the theory of Russell's Descriptive Names.

Keywords: Proper Names; Russell; Descriptivism

* Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Lógica e Metafísica da UFRJ e Professor Assistente I da UFC – Campus Cariri.

A concepção de Russell sobre Nomes Próprios (NP's) possui duas fases. A primeira está expressa em *The Principles of Mathematics* (1903), sendo semelhante à de Frege. Russell não conhecia Frege até então, somente no apêndice desse livro menciona que acaba de descobrir a obra fregeana. A segunda tem como marco inicial o artigo "On Denoting".

Em *The Principles of Mathematics*, Russell possui uma distinção semelhante à fregeana entre sentido e referência, o que na terminologia de Russell é expresso por "conceito" e "aquilo que os conceitos denotam." (RUSSELL, 1996, p. 502). Contudo, essa distinção não é estendida aos NP's:

Essa teoria [a de Frege] da indicação é mais geral do que a minha como surge do fato que todo nome próprio é suposto ter os dois lados. Parece-me que apenas nomes próprios quando são derivados de conceitos com o podem ser ditos ter significado, e que tais palavras como John meramente indicam sem significado (RUSSELL, 1996, p. 502)¹².

É provável que Russell estendesse essa restrição para indexicais, já que esses também não são derivados de conceitos. Apesar de ser semelhante à de Frege, a teoria de Russell não possui o aspecto epistêmico presente na concepção fregeana. O sentido de um NP é dado, para Frege, pelo conteúdo descritivo associado ao NP em questão. Russell não recorre a uma associação. Na época de *The Principles of Mathematics*, Russell possuía uma concepção de proposição com muitas das notas características do conceito fregeano de pensamento. Proposições são entidades abstratas independentes da mente e da linguagem, constituindo aquilo a que se atribui valor de verdade (RUSSELL, 1996, p. XVIII-XIX). Frege percebeu que, se alguém admite que pensamentos sejam entidades abstra-

tas e que o pensamento de uma sentença é constituído pelos sentidos de suas partes componentes, precisa admitir que NP's expressam um sentido diferente de sua referência. Se o sentido expresso por "Aristóteles é mortal" é uma entidade abstrata a qual subsiste de forma objetiva (na acepção fregeana desse termo)³, então o sentido de "Aristóteles" não poderia ser seu portador. Como o objeto Aristóteles poderia compor um pensamento? Para Frege, pensamentos são entidades abstratas. Intuitivamente, dada uma coisa, ela não pode ser composta de algo contrário à sua natureza. Russell ponderou sobre esse problema. Apresentou algumas soluções, mas ele não se satisfiz com nenhuma das mesmas.

Mesmo possuindo alguns problemas semelhantes, uma importante distinção pode ser notada: como eu disse antes, Russell não introduz a associação como um elemento necessário para que NP's expressem um significado. Sem levar em conta a associação, é plausível afirmar que NP's possuem como significado seus portadores. Claro que com essa concepção de proposição, isso não é coerente. Em parte, a posterior posição de Russell no que diz respeito aos NP's advém de uma mudança na concepção de proposição. A explicitação da concepção de Russell acerca dos NP's na fase do Atomismo Lógico será o objetivo deste texto. O Atomismo Lógico, como o próprio nome diz, é a doutrina segundo a qual, por meio de uma análise lógica da linguagem, alcançar-se-ia os átomos da mesma (os nomes), com a exibição da real forma lógica de nossas proposições. Os átomos da linguagem estariam em relação direta com o mundo, garantindo a ligação entre linguagem e mundo. O modelo de análise lógica que Russell (e o *Tractatus* de Wittgenstein) tinha em mente era a teoria das Descrições Definidas, defendida pela primeira vez em "On Denoting".

¹ Cf. também Russell, 1996, p. 47-48. "Indicate" (indicar), para Russell, equivale ao *Bedeutung* (referência) de Frege e "meaning" à noção de *Sinn* (sentido).

² Todas as traduções são nossas.

³ Segundo Frege (1974, p. 229-230), algo é "objetivo" se independe do nosso sentir, intuir e representar.

I Teoria das Descrições Definidas (TD)

Um dos objetivos de "On Denoting" é oferecer uma correta análise lógica de sentenças contendo Descrições Definidas (DD's). A TD parte de uma básica distinção entre NP's e DD's. Com o NP "Aristóteles", nada conheço do objeto denotado, mas se uso a DD "o autor da *Metafísica*" tenho um certo conhecimento de Aristóteles (caso saiba que ele satisfaz a propriedade identificadora expressa por essa DD). Essa distinção permitirá Russell tratar DD's como predicados lógicos. Tomemos como exemplo a sentença p: "O autor da *Metafísica* é grego". Russell pergunta: quais são as condições de verdade de p? Essa questão, a princípio, tem uma simples resposta: o fato de existir um único autor da *Metafísica* que é grego. Como Russell entende que o significado de uma sentença é dado por suas condições de verdade, ele analisa p tendo em vista as condições de verdade da mesma. Sendo "A" o símbolo para a propriedade *ser autor de*, "G" para *ser grego* e "m" o símbolo individual para a *Metafísica*, Russell propõe a seguinte análise lógica de p: $\exists x(\forall y(Aym \leftrightarrow x=y) \wedge Gx)$.

O principal recurso utilizado por Russell para justificar sua análise é mostrar como ela resolve alguns enigmas lógicos. O primeiro enigma concerne a contextos não extensionais. Se "Scott" e "o autor de *Waverley*" são co-referenciais, então eles são substituíveis com preservação da verdade. Tome-se:

- (1) George IV desejava saber se Scott era o autor de *Waverley*.
- (2) George IV desejava saber se Scott era Scott.

É estranho que a verdade de (1) não garanta logicamente a verdade de (2), pois apenas substituímos "o autor de *Waverley*" por "Scott". Em sua análise desse problema, Russell questiona que "Scott é autor de *Waverley*" seja uma sentença de identidade. Sua real forma lógica seria: $\exists x(\forall y(Aym \leftrightarrow x=y) \wedge x=s)$, na qual "A" re-

presenta a propriedade *ser autor de*, "s" para Scott e "w" para *Waverley*. Por "Scott é o autor de *Waverley*" não ser uma sentença de identidade, a substituição de "o autor de *Waverley*" por "Scott" não está justificada. (1) e (2) não são sinônimas, pois possuem formas lógicas distintas. Essa solução de Russell não precisou introduzir significados para termos sub-sentenciais. "Significado", a partir de "On Denoting", será expresso apenas por sentenças:

Este é o princípio da teoria do significado que eu desejo defender: que frases denotativas nunca têm qualquer significado em si, mas que toda proposição em cuja expressão verbal elas ocorrem possui um significado (RUSSELL, 2007a, pp. 42-3).

Assim, a aparente falha na substituição de termos co-referenciais é explicada sem necessidade de introduzir significados para expressões sub-sentenciais. Em sua análise de (1), Russell distingue duas ocorrências (a primária e a secundária) de "o autor de *Waverley*":

(1)* $\exists x(\forall y(Aym \leftrightarrow x=y) \wedge \text{George IV desejava saber se } x=s)$ [Existe apenas um objeto tal que é o autor de *Waverley* e George IV desejava saber se esse objeto era Scott]

(1)** George IV desejava saber se $\exists x(\forall y(Aym \leftrightarrow x=y) \wedge x=s)$ [George IV desejava saber se existe um único objeto que é o autor de *Waverley* e esse objeto é Scott]

À primeira vista, deveria existir uma única análise de (1), pois essa sentença possui a seguinte forma: George IV desejava saber se p, sendo p: "Scott é o autor de *Waverley*". A sentença p possuiria a seguinte análise lógica, caso aceitemos a teoria de Russell: $\exists x(\forall y(Aym \leftrightarrow x=y) \wedge x=s)$. Como George IV desejava saber se p, então ele desejava saber se existe um único x tal que é autor de *Waverley* e x é Scott, por isso Russell afirma ser (1)** a mais natural (RUSSELL, 2007a, p. 52). Contudo, não parece ser isso que George IV queria saber. Ele sabe

que existe um único homem que é autor de *Waverley*, o que ele desejava saber era se esse homem era Scott, o que constitui aproximadamente (1)*. A interpretação (1)** livra-nos imediatamente do aparente contra-exemplo à substituição de termos co-referenciais, pois, como p não é um enunciado de identidade, a substituição *salva veritate* não é sequer posta. Quanto a (1)*, o problema persiste, pois a proposição que George IV desejava saber é uma identidade. Se George IV desejava saber se Scott é x, então ele desejava saber se Scott é Scott, pois "Scott" e "x" possuem a mesma referência (SOAMES, 2003, pp. 121-2). Apesar de intuitiva, a interpretação (1)* deixa em aberto problemas que (1)** resolve. Contudo, (1)** é extremamente contra-intuitiva. Essas duas alternativas, creio eu, não esgotam as possíveis interpretações de (1). Pensemos em outra análise. Existe um único autor de *Waverley*, o que George IV gostaria de saber era se Scott era autor de *Waverley*, dado que esse livro foi escrito por um único objeto, o que escapa à análise (1)*. Temos, pois:

(1)*** $\exists x(\forall y(A_{ym} \leftrightarrow x=y)) \wedge \text{George IV desejava saber se } \bar{A}sw$

Essa interpretação resgata uma intuição básica do exemplo em questão, o que George IV desejava saber era se Scott possuía uma certa propriedade. A principal conclusão a se retirar desse exemplo de Russell é que a forma lógica das sentenças de crença depende das crenças do sujeito em questão, por isso não há uma univocidade da forma lógica. No exemplo de George IV, é possível solucionar o enigma em questão sem recorrer ao sentido das expressões sub-sentenciais. Contudo, em outros contextos talvez a melhor interpretação fosse (1)*, o que deixaria em aberto o problema.

O segundo enigma diz respeito ao princípio de terceiro excluído. Russell afirma:

(2) Pela lei do terceiro excluído, ou "A é B" ou "A não é B" deve ser verdadeiro. Consequentemente, ou "o atual Rei da França é careca" ou "o atual Rei da França não é careca" deve ser verdadeiro.

Contudo, se nós enumerarmos as coisas que são carecas, e depois as coisas que não são carecas, não devemos encontrar o atual Rei da França em qualquer lista. Hegelianos, que adoram uma síntese, irão provavelmente concluir que ele usa peruca. (RUSSELL, 2007a, p. 48).

Talvez alguém acusasse Russell de confundir o princípio de terceiro excluído com o de bivalência. O princípio de terceiro excluído é um princípio ontológico: dado um objeto o e uma propriedade P, ou bem o é P, ou bem o não é P. O princípio de bivalência é um princípio lógico-linguístico: dada uma proposição p ou bem ela é verdadeira ou bem ela é falsa. Além de serem intensionalmente distintos, alguns poderiam pensar que eles não coincidem extensionalmente. Talvez nem toda proposição seja verdadeira ou falsa, o que não implica a existência de um objeto o e uma propriedade P tal que não é o caso que ou bem o é P, ou bem o não é P. Assim, a sentença "O atual rei da França é careca" não constituiria um contra-exemplo ao princípio do terceiro-excluído, mas sim ao de bivalência. Contudo, essa crítica a Russell não leva em conta o resto de sua filosofia. Para Russell, linguagem e realidade são elementos estreitamente conectados. A análise lógica da linguagem revelaria a estrutura ontológica da realidade. Assim, não faz sentido, para Russell, falar de linguagem e mundo como dois elementos sem essa relação isomórfica. Por isso, ele entende que o problema em torno do atual rei da França é tanto ontológico (por ferir o princípio do terceiro excluído) quanto linguístico (por ferir o princípio da bivalência). Linguagem e realidade são duas faces da mesma moeda. E porque o terceiro excluído permite uma interpretação linguística também, não apenas ontológica: ou "O é P" é verdadeiro ou "O não é P" é verdadeiro.

Frege percebeu que sua distinção entre sentido e referência não era suficiente para assegurar o princípio de bivalência. A sentença p: "O atual rei da França é careca" não é verdadeira nem falsa, apesar de expressar um sentido. Frege, contudo, não

aceita essa postura para uma linguagem logicamente perfeita, admitindo nessa a convenção de que cada nome deva possuir referência (FREGE, 2009, p. 148). Russell mostra que é possível salvar o princípio de bivalência sem recorrer a uma mera convenção. A análise de p utilizando a TD aponta que seu valor de verdade é o falso, já que não existe atual rei da França.

Por último, Russell levanta o enigma da existência. Suponha que toda sentença seja da forma lógica de sujeito-predicado. Tome-se:

(3) O ser do qual não se pode pensar nada maior não existe.

Se (3) é da forma sujeito-predicado, então negar a existência do ser do qual não se pode pensar nada maior pressupõe que “o ser do qual não se pode pensar nada maior” possui referência, pois afirmar que (3) é verdadeira, é afirmar que um certo objeto não possui uma certa propriedade. Negar, pois, a existência de Deus pressupõe a sua existência, o que é sem sentido. Uma saída foi distinguir existência de subsistência, o que constitui basicamente a teoria de Meinong. Para ele, há dois tipos de objetos: os existentes (espaço-temporais) e os subsistentes (não espaço-temporais).⁴ Assim, (3) seria significativa e verdadeira, o ser do qual não se pode pensar nada maior não existe, mas ainda constitui um objeto subsistente. A principal crítica russelliana contra a teoria de Meinong explicita que essa teoria não respeita o princípio de não-contradição, o exemplo de Russell é:

(4) A existente montanha dourada não existe.

A existente montanha dourada é um objeto subsistente, que não existe. Esse fato torna a sentença (4) verdadeira. Contudo, a existente montanha dourada existe. Se ela não existisse, ela não seria a existente montanha dourada. Logo, a existente mon-

tanha dourada existe e não existe. Somos forçados também, seguindo a teoria de Meinong, a admitir a subsistência de objetos contraditórios, como o círculo quadrado. Afinal, a verdade de “O círculo quadrado não existe” pressupõe a subsistência do círculo quadrado. Evitam-se esses problemas através da TD. As sentenças (3) e (4) não são da forma sujeito-predicado. Russell nega que existência seja um predicado de primeira ordem. (3) possui como forma lógica: $\neg \exists x(\forall y(My \leftrightarrow x=y))$. Se essa fórmula for verdadeira, não é pressuposto que o ser do qual não se possa pensar nada maior seja um objeto. Apenas afirmaríamos que a propriedade ser do qual não se possa pensar nada maior não é instanciada por nenhum objeto. Russell estende essa análise para os NP's. Para isso, precisamos entender a distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição.

2 Conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição

“On Denoting” oferece uma análise lógica para sentenças com DD's. Contudo, há uma importante distinção epistêmica entre conhecimento por descrição e conhecimento por familiaridade, que não possui uma função clara nesse texto. Vejamos em que consiste essa distinção, bem como suas implicações para a concepção de NP's de Russell.

Eu afirmo que estou familiarizado com um objeto quando eu tenho uma relação cognitiva direta com aquele objeto, ou seja, quando eu estou diretamente consciente do próprio objeto. (RUSSELL, 1994, p. 200).

Nessa caracterização de *familiaridade*, Russell enfatiza a necessidade de um sujeito, bem como de um objeto dado à consciência do mesmo. Que objetos são esses com os quais mantemos uma relação cognitiva direta? Um candidato óbvio são os objetos físicos. Olho para mesa onde escrevo,

⁴ Sigo a interpretação de Russell de Meinong, por isso é provável que este tenha uma teoria bem mais refinada. Contudo, como meu objetivo é a compreensão dos motivos de Russell para construir sua TD, espero que essa rápida explanação de Meinong seja suficiente.

percebo sua rigidez, bem como sua superfície plana, assim possuo uma relação cognitiva direta com a mesa na qual escrevo, mas olho para outro lado e perco o contato visual com a mesa. Com isso ela deixou de existir? Provavelmente não, o que ocorreu foi simplesmente a perda da relação cognitiva direta com a mesa em questão. Será que foi isso mesmo? Como posso ter certeza que ela continua a existir sem ter familiaridade com ela? De fato, os objetos físicos possuem a importante característica de permanecerem através do tempo independente de serem vistos por alguém ou não. Contudo, a única coisa que tenho certeza é de que, quando eu olhei para a mesa, ela estava lá, mas um objeto não é esgotável por minha percepção, ao deixar de olhar para a mesa, ela deve, a princípio, continuar a existir. A questão de Russell é: do que não posso duvidar? A única certeza, diz Russell, é que os dados fenomênicos que vejo naquele momento existem. A inferência de que, a partir desses dados fenomênicos, existe uma mesa não é lógica. Objetos físicos não são conhecidos por familiaridade. Os objetos da familiaridade são os *sense data*, isto é, dados fenomênicos que são conhecidos de maneira imediata. Para Russell, esses não são constituídos apenas por particulares:

Não estamos apenas conscientes do amarelo em particular, mas se nós temos visto um número suficiente de amarelos e temos inteligência suficiente, nós temos consciência do universal amarelo..." (RUSSELL, 1994, p. 203).

Há, pois, dois tipos de objetos com os quais temos conhecimento por familiaridade: os particulares e os universais⁵ (RUSSELL, 1994, p. 204). Contudo, existe um problema com respeito aos universais: nosso conhecimento deles não acontece por familiaridade já que alcançamos um universal por um processo não imediato como a abstração. No exemplo de Russell, ocorreu o seguinte: familiarizamo-nos com alguns amarelos particulares e abstraímos desses o universal amarelo. Para alguém que

defende a existência de universais, há um problema, pois a familiaridade é o único critério seguro para afirmar a existência de algo, pelo menos assim pensava Russell. Se objetos físicos e universais não são conhecidos por familiaridade, então não temos assegurada sua existência. No caso dos objetos físicos (que são construídos a partir de dados fenomênicos), Russell diz que temos apenas conhecimento por descrição desse tipo de objeto. Russell define conhecimento por descrição como se segue:

Eu devo afirmar que um objeto é "conhecido por descrição" quando sabemos que ele é "o assim-e-assim e tal", ou seja, quando nós sabemos que há um objeto, e que nenhum mais, tem uma determinada propriedade; e será deduzido geralmente que nós não temos conhecimento do mesmo objeto por familiaridade. (RUSSELL, 1994, p. 205).

Nosso conhecimento de um objeto físico é o conhecimento de um feixe de propriedades que conjuntivamente são satisfeitas por um único objeto. Nosso conhecimento por descrição é, assim, representável por DD's. DD's não expressam um conhecimento epistemicamente direto (o conhecimento por familiaridade). Por não possuírem nenhum conteúdo descritivo, os NP's seriam candidatos a expressarem conhecimento por familiaridade. Contudo, Russell não pensa que NP's expressem conhecimento por familiaridade, sendo abreviações de DD's:

Palavras comuns, mesmo nomes próprios, são geralmente verdadeiras descrições. Ou seja, o pensamento na mente de uma pessoa usando um nome próprio corretamente pode apenas ser expressado explicitamente se nós substituirmos o nome próprio por uma descrição. Além disso, a descrição requerida para expressar o pensamento irá variar para diferentes pessoas ou para a mesma pessoa em diferentes momentos. (RUSSELL, 1994, p.206).

⁵ E, algumas vezes, ele adiciona formas lógicas puras como objetos de familiaridade.

NP's referem-se a objetos físicos (que são apenas feixes de impressões sensoriais). Como desses apenas temos conhecimento por descrição, então NP's abreviam DD's. Os enigmas da seção anterior postos por Russell também recaem sobre os NP's. Antes, iniciemos pelo problema de Frege. Temos:

- (5) Hesperus é Phosphorus.
 (6) Hesperus é Hesperus.

Em uma análise russelliana, (5) e (6) não são sequer sentenças de identidade, pois como não temos conhecimento por familiaridade dos referentes de "Hesperus" e "Phosphorus", "Hesperus" e "Phosphorus" não são nomes. Para um falante hipotético A, o qual conhece que (5) e (6) são verdadeiras, teríamos a seguinte análise epistêmica (suporemos que A tem o seguinte conhecimento por descrição de "Hesperus" e "Phosphorus" respectivamente: o corpo celeste observado ao entardecer e o corpo celeste observado ao amanhecer):

- (5)* O corpo celeste observado ao entardecer é o corpo celeste observado ao amanhecer.
 (6)* O corpo celeste observado ao entardecer é o corpo celeste observado ao entardecer.

(5)* e (6)* podem ser reescritas utilizando-se a TD, tendo-se que "E" representa a propriedade *ser corpo celeste observado ao entardecer* e "A" representa *ser corpo celeste observado ao amanhecer*:

- (5)** $\exists x \exists y (\forall z (Ez \leftrightarrow x=z) \quad \forall w (Aw \leftrightarrow y=w) \quad x=y) \wedge x=y$
 (6)** $\exists x (\forall y (Ey \leftrightarrow x=y))$ ⁶

Nem (5)**, nem (6)** são triviais. (5)** é mais informativa, pois conhecemos através de sua verdade duas propriedades de Hesperus, enquanto através da verdade de (6)** conhecemos apenas uma propriedade de Hesperus.

Analisemos agora o enigma da bivalência do ponto de vista russelliano no caso dos NP's:

- (7) Vulcano é pequeno.

Se (7) é verdadeira, então Vulcano é pequeno. Se (7) é falsa, então Vulcano não é pequeno. Em ambos os casos, estou a falar do objeto Vulcano, mas Vulcano não existe. Se "Vulcano" não possui referência, então (7) não possui valor de verdade, apesar da sua aparente significatividade. Isso ocorre, segundo Russell, por se pensar que "Vulcano" é um nome, quando, na verdade, é uma abreviação de uma DD. Suponha-se que "Vulcano" seja a abreviação de "o décimo planeta" para o falante A, então a partir da sentença (7), temos:

- (7)* O décimo planeta é pequeno.

Aplicando-se a TD em (7)*, temos:

- (7)** $\exists x (\forall y (Fx \leftrightarrow x=y) \wedge Gx)$. ["F" representa a propriedade *ser décimo planeta* e "G" representa a propriedade *ser pequeno*]

A verdade (ou falsidade) de (7)** não nos compromete com a existência de Vulcano, pois ao substituir o NP "Vulcano" pela DD "o décimo planeta" e aplicar a TD, restaram apenas variáveis e predicados na análise de Russell.

Por último, analisemos o enigma da existência:

- (8) Vulcano não existe.

A verdade de (8) parece pressupor a existência de Vulcano, caso tomemos "Vulcano" como termo singular e "existência" como predicado de primeira ordem. Para o falante A, "Vulcano" abrevia "o décimo planeta". Temos, pois:

- (8)* O décimo planeta não existe

⁶ Segundo essa análise, afirmar: "Existe o corpo celeste observado ao entardecer" equivale à sentença (6)*.

Aplicando-se a TD (8)*, temos:

$$(8)** \neg \exists x (\forall y (Fy \leftrightarrow x=y))$$

A verdade de (8)** não nos compromete com a existência de Vulcano, pois apenas afirma que não existe um único objeto que possua a propriedade de ser décimo planeta.

A estratégia de Russell consiste, portanto, em combinar a concepção epistêmica dos NP's com a TD para resolver alguns enigmas lógicos. Segundo Russell, os dois últimos problemas (o problema da bivalência e o problema da existência) não tiveram uma satisfatória resposta de Frege. O problema da bivalência só é considerado por esse um problema quando se trata de uma linguagem logicamente perfeita, na qual todos os termos devem possuir referência. Com relação ao problema da existência, Frege defende que não faz sentido atribuir existência a um objeto, o que me parece correto. Contudo, (8) parece ser significativa. Pelo menos essa intuição, a teoria de Russell resgata.

A concepção de NP's como abreviação de DD's, que varia de falante para falante, não esgota a teoria dos NP's de Russell. Ele admite um caso no qual NP's são Nomes Logicamente Próprios (NLP's), isto é, um termo que designa de forma epistemicamente direta seu portador. Apenas o próprio dono do NP pode usá-lo como NLP:

Suponha algum enunciado feito sobre Bismarck. Assumindo que existe tal coisa como conhecimento direto de si, o próprio Bismarck poderia ter usado seu nome diretamente para designar a pessoa particular com quem ele tem familiaridade. Nesse caso, se ele fez um julgamento sobre si mesmo, ele mesmo poderia ser um elemento constitutivo do juízo. Aqui, o nome próprio tem o uso direto que sempre deseja ter, representa simplesmente um determinado objeto, e não uma descrição do objeto. Mas se uma pessoa que conhecia Bismarck fez um juízo sobre ele, o caso é diferente. O que essa pessoa estava familiarizada era com certos dados dos

sentidos que ela conectou (com razão, vamos supor) com o corpo de Bismarck (RUSSELL, 1994, pp. 206-7).

NP's, portanto, podem ser NLP's. Contudo, o tipo de expressões linguísticas que constituem normalmente a classe dos NLP's são os indexicais.

E eu deveria sustentar além disso que, nesse sentido, há apenas duas palavras que são de forma estrita nomes próprios de particulares, a saber, 'eu' e 'este' (RUSSELL, 1994, p. 214).

Russell insiste no "isto" por pensar que os outros indexicais poderiam ser definidos através dele. Essa citação leva-nos a uma nota de rodapé, na qual ele exclui o "eu" dos NLP's e retém apenas o "isto." (RUSSELL, 1973, p. 91). Russell não apresenta seus motivos para exclusão do indexical "eu", mas, a meu ver, isso ocorre pela sua desconfiança de que exista um acesso privilegiado (isto é, epistemicamente imediato) do sujeito sobre si mesmo. Ele considera que também esse acesso é mediado por DD's, o que exclui o "eu" dos NLP's.

É incoerente a admissão de Russell de que temos um exemplo de NLP, quando o próprio dono do NP o usa. O problema desse caso é o mesmo do "eu". Se não existe um acesso epistemicamente imediato do sujeito sobre si mesmo, então o caso do NP usado pelo seu portador não constitui um caso de NLP. Assim, apenas indexicais seriam NLP, o que tornaria homogênea a teoria dos nomes de Russell. Entretanto, isso talvez não ocorra. Ele aponta um caso de NP que talvez seja NLP:

Quando eu afirmo, por exemplo, "Homero existiu", eu estou querendo dizer com "Homero" alguma descrição, digamos, "o autor dos poemas homéricos", e eu estou afirmando que esses poemas foram escritos por um homem, o que é uma proposição muito duvidosa; mas se você pudesse ter contato com a pessoa real que realmente escreveu aqueles poemas (supondo que havia tal pessoa), afirmar dele que ele existiu seria sem sentido, não uma falsidade, mas sim sem sentido, porque é apenas de pessoas descritas

que pode ser significativamente dito que elas existem. (2007b, p. 252).

O fato de eu ter contato epistêmico com Homero não implica que eu tenha conhecimento por familiaridade de Homero. Temos familiaridade apenas com dados sensoriais, a partir desses dados os objetos físicos são construídos. O fato de Homero estar diante de nós não implica que seja sem sentido afirmar que Homero não exista, ou seja, isso não implica que "Homero" seja um NLP. Se eu utilizasse esse NP para designar os dados sensoriais que recebo quando vi Homero (supondo que eu pudesse ter contato com ele), "Homero" não estaria sendo utilizado como o NP de Homero, mas sim como um indexical. Nesse caso, afirmar que Homero não existe seria sem sentido. Assim, os indexicais são as únicas expressões linguísticas dignas de serem denominadas NLP's. Contudo, não é toda ocorrência de indexical que constitui um caso de NLP:

Alguém pode usar "isto" como um nome para representar um particular com o qual alguém está familiarizado no momento. Nós dizemos "Isto é branco". Se você concorda que "Isto é branco", significando o "isto" aquilo que você vê, você está usando "isto" como um nome próprio. Mas se você tentar apreender a proposição que eu expressei quando eu disse "Isto é branco", você não consegue fazer. Se você quer dizer que este pedaço de giz como um objeto físico, então você não está usando um nome [logicamente] próprio. (RUSSELL, 2007b, p. 201).

Em nosso uso cotidiano, é improvável que, ao vermos um pedaço de giz e afirmarmos: "Isto é branco", estejamos nos referindo aos dados sensoriais que recebemos naquele momento. O mais provável é que estejamos a nos referir a um objeto físico. Assim, a própria classe dos NLP's é dificilmente exemplificável. Russell oferece um teste menos epistêmico para descobrir se

uma certa expressão linguística é ou não um NLP. "Sempre que o sujeito gramatical de uma proposição pode ser suposto não existir sem tornar a proposição sem sentido, é claro que o sujeito gramatical não é um nome [logicamente] próprio [...]" (RUSSELL, 1950, p. 66). Como, para Russell, existência não é uma propriedade de objetos, então, dada uma sentença significativa de existência como "t existe" (t é um termo singular qualquer), temos que t deve ser tratado como um termo predicativo através dos predicados descritivos que compõem t⁷, o que permite preservar a significatividade desse tipo de sentença. Se eu tenho que "t não existe" é sem significado, então t é um NLP cujo portador não pode ter sua existência questionada.

Outro problema a ser levantado decorre de uma DD em particular, que Russell adota para analisar sentenças contendo NP's. Tome-se:

(9) Júlio César foi um grande general.

Não existe uma única análise para (9), pois o feixe descritivo varia de falante para falante. Russell, contudo, adere à seguinte DD: "o homem cujo nome era 'Júlio César'". Com "Júlio César" abreviando essa DD e a TD, teríamos a seguinte análise:

(9)* $\exists x(\forall (Fy \leftrightarrow x=y) \wedge Gx)$ [F representa a propriedade *ser homem cujo nome é 'Júlio César'* e G representa a propriedade *ser um grande general*]

Júlio César não nos é conhecido por familiaridade, mas por descrições. A DD "o homem cujo nome era 'Júlio César'" não pode ser aquilo que "Júlio César" abrevia porque essa DD não expressa conhecimento. A atribuição de um NP deve ser entendida antes como uma convenção do que como um fato natural do mundo, o que Russell aceita: "Scott é meramente um ruído ou uma forma convencionalmente usada para designar uma determinada pessoa, e nada tem que pode ser

⁷ No caso de t ser um NP, então os predicados descritivos constituem o feixe descritivo conhecido pelo falante.

chamado de significado em oposição à denotação" (1994, p. 215). Não conhecemos que Júlio César era o homem cujo nome era "Júlio César", mas convenciamos isso. Portanto, essa DD não representa conhecimento, não podendo, assim, ser aquilo que "Júlio César" abrevia (pelo menos não pelo critério adotado por Russell de que um NP abrevia um feixe de DD's que expressam o conhecimento que um sujeito possui do portador desse NP). Não existe uma única forma lógica de (9) para Russell. Sua forma lógica dependeria do conhecimento descritivo do falante. Isso é um problema, pois implica que, nesse caso, a lógica está subordinada à epistemologia. Contudo, a concepção de lógica de Russell deveria eliminar essa confusão:

Na lógica, ao contrário, onde estamos preocupados não meramente com o que existe, mas com tudo o que pode ou poderia existir ou ser, sem nenhuma referência a particulares reais está envolvida. (RUSSELL, 1994, p. 208).

Não faz sequer sentido, para Russell, perguntar pela forma lógica de (9), pois as fórmulas da lógica não incluem NP's, mas apenas variáveis, predicados e os símbolos lógicos.⁸ NP's são passíveis somente de uma análise epistêmica.

Referências Bibliográficas

FREGE, G. *Os fundamentos da aritmética*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução: Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.

RUSSELL, B. *The principles of mathematics*. Londres e Nova York: Norton, 1996.

_____. *An inquiry meaning and truth*. Middlesex: Penguin books, 1973.

_____. On Denoting. In: RUSSELL, B. *Logic and knowledge*. Nottingham: Spokesman, 2007a.

_____. The Philosophy of Logical Atomism. In: RUSSELL, B. *Logic and knowledge*. Nottingham: Spokesman, 2007b.

_____. Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. In: RUSSELL, B. *Mysticism and logic*. Londres e Nova York: Routledge, 1994.

RUSSELL, B. e WHITEHEAD, A. *Principia mathematica*. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

SAINSBURY, Richard. Russell on acquaintance. In: WESEY, G. (Ed.). *Philosophers ancient and modern*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SOAMES, Scott. *Philosophical analysis in the twentieth century. Volume I: the dawn of analysis*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2003.

⁸ "Embora seja uma característica necessária de proposições lógicas que elas devem consistir exclusivamente de variáveis, ou seja, que elas deveriam afirmar a verdade geral, ou verdade em alguns momentos, de uma função proposicional consistindo inteiramente de variáveis – embora isso seja uma característica necessária, não é suficiente" (Russell, 2007b, p. 240-1).